II Congresso Nacional de Formação de Professores
XII Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores

Trabalho Completo

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PRÁTICA PEDAGÓGICA: ESPISTEMOLOGIA, ÉTICA E POLÍTICA NA SALA DE AULA

Alonso Bezerra De Carvalho

Eixo 4 - Políticas de formação de professores
- Relato de Pesquisa - Apresentação Oral

Neste trabalho pretende-se discutir a formação de professores e a prática pedagógica a partir de três dimensões filosóficas: a epistemologia, a ética e a política. Com isso queremos contribuir nas reflexões sobre a sala de aula, que tem se tornado nos últimos tempos um lugar de onde emana um conjunto de desafios que nem sempre a escola tem enfrentado de maneira satisfatória. O trabalho é resultado de uma revisão bibliográfica, articulada com questões atuais no campo da educação. Fundamentalmente, o texto relata as primeiras conclusões às quais chegamos sobre a temática, considerando que a escola não é um espaço, mesmo que se queira, dedicado apenas à transmissão de conteúdos, de conceitos e de teorias, mas que é preciso pensar sobre os outros elementos e aspectos que movimentam as existências de cada indivíduo ali presente. Se nela tem prevalecido um processo em que a capacidade racional e epistemológica tem dado as diretrizes, é preciso considerar também que alunos e professores são conduzidos ou pelo menos impulsionados por paixões, sentimentos e desejos que nem sempre sabemos de onde, como e quando vem. Além disso, alunos e professores são portadores de valores e de atitudes que foram e são adquiridos e tornados hábitos ao longo da vida e que a escola contribui ou contribuiu apenas com uma parte, talvez a menor. É também nesse horizonte, portanto, que se dá o processo pedagógico, o que indica a insuficiência de uma posição que se pauta, quase que exclusivamente, a partir da dimensão epistemológica na sala de aula.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A PRÁTICA PEDAGÓGICA: ESPISTEMOLOGIA, ÉTICA E POLÍTICA NA SALA DE AULA

Alonso Bezerra de Carvalho[1]. UNESP, Assis.

Neste trabalho pretende-se discutir a formação de professores e a prática pedagógica a partir de três dimensões filosóficas: a epistemologia, a ética e a política. Com isso queremos contribuir nas reflexões sobre a sala de aula, que tem se tornado nos últimos tempos um lugar de onde emana um conjunto de desafios que nem sempre a escola tem enfrentado de maneira satisfatória.

Como a escola não é um espaço, mesmo que se queira, dedicado apenas à transmissão de conteúdos, de conceitos e de teorias, é preciso pensar sobre os outros elementos e aspectos que movimentam as existências de cada indivíduo ali presente. Se nela tem prevalecido um processo em que a capacidade racional e epistemológica tem dado as diretrizes, é preciso considerar também que alunos e professores são conduzidos ou pelo menos impulsionados por paixões, sentimentos e desejos que nem sempre sabemos de onde, como e quando vem. Além disso, alunos e professores são portadores de valores e de atitudes que foram e são adquiridos e tornados hábitos ao longo da vida e que a escola contribui ou contribuiu apenas com uma parte, talvez a menor. É também nesse horizonte, portanto, que se dá o processo pedagógico, o que indica a insuficiência de uma posição que se pauta, quase que exclusivamente, a partir da dimensão epistemológica na sala de aula.

Se desde a formação dos professores até as ações que ocorrem na sala de aula, a busca da verdade tem ocupado um espaço predominante, talvez seja necessário pensarmos se a busca da felicidade e da justiça não poderia se apresentar com uma possibilidade ou até uma saída para os problemas que as escolas enfrentam. Nesse aspecto, a epistemologia, juntamente com a ética e política lados da mesma moeda e o professor que na sala de aula leva em consideração esse aspecto talvez tenha uma melhor compreensão de si mesmo, do público que atende e das ações que

[1] Doutor em Filosofia da Educação pela USP e Pós-Doutor em Ciências da Educação pela Universidade Charles de Gaulle, Lille, França.Professor do Departamento de Educação da Unesp/Assis e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Unesp/Marília. E-mail: alonsoprofessor@yahoo.com.br

desenvolve. Lidar com o imprevisível, incluir o mundo sensível e passional em nossa práxis pedagógica pode contribuir para um processo educativo mais amplo e integral.

Na educação, assim como nas demais áreas do conhecimento, o ser humano é interpretado de forma a desempenhar com eficácia suas funções, tomando como medida ou ponto de partida a crença em sua capacidade racional. Para tanto, normalmente o aluno é visto pelo professor, e este é pelo aluno, como um ser apenas epistêmico, orientado pela razão. Porém, é preciso perceber que o aluno não é apenas um ser epistêmico. O professor precisa suspeitar de que o aluno/homem não é um ser regido pela razão o tempo todo. Ele é, além de epistêmico, também um ser político e um agente moral, um ser ético.

No século XIX, o filósofo colocou em suspeita a tradição que considerava a visão epistêmica, que sempre busca a verdade, como a única possível. Num dos textos mais célebres que escrevera, isto é, *Sobre a verdade e mentira no sentido extra-moral*, Nietzsche (1978) é bastante categórico:

> O que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tornaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas. (NIETZSCHE, 1978, p. 48).

Desde a mais tenra idade somos conduzidos e educados de forma a acreditar, pensar e agir que a verdade existe e que temos condições de ter acesso a ela, bastando seguirmos alguns procedimentos, e a escola é um dos lugares, talvez o mais importante, onde isso acontece. Ao longo da história do pensamento, especialmente na modernidade, esse processo se instaurou de maneira bastante eficiente, ou pelo menos se tentou se instaurar. Somos resultados desse processo.

O que emerge da crítica nietzschiana é justamente o reconhecimento de que as coisas não são tão simples assim. Essa história de que somos animais inteligentes e de que inventamos o conhecimento precisa ser bastante relativizado. Para ele, essa crença não passa de algo que apenas revela a nossa soberba e a nossa capacidade de mentir a nós mesmos. O

intelecto ocuparia dentro da natureza um lugar insignificante, fugaz e gratuito, ou seja, não há uma missão tão grandiosa e tão além da vida humana, como se tem acreditado. “Ele é humano, e somente seu possuidor e genitor o toma tão pateticamente, como se os gonzos do mundo girassem nele [...] Não há nada tão desprezível e mesquinho na natureza.” (NIETZSCHE, 1978, p. 45).

A busca do conhecimento verdadeiro não passaria mais do que um impulso que nos mobiliza para suportarmos o existir entediante e beligerante ao qual estamos muitas vezes submetidos. Seria por meio de um mero jogo de linguagem, de imagens e sons e por um desejo de conservação da vida que os homens acreditam designar as coisas, formando os conceitos.

Nesse contexto, Nietzsche considera o intelecto como hábil “mestre do disfarce”, pois o homem por meio dele passa a copiar a vida humana, transformando-a em uma coisa boa, num sonho em que tudo é possível, ficando satisfeito com isso. Ao aplainar a realidade em sua dinâmica efetiva, o homem torna-se senhor, tentando limpar de sua frente qualquer expressão de indigência, circunstância e contingência. A tranquilidade de sua vida é assegurada pelo sentimento de estar obrigado a designar as coisas, colocando-se como ser racional, pois ao “não suportar mais ser arrastado pelas impressões súbitas, pelas intuições, universaliza antes todas essas impressões em conceitos mais descoloridos, mais frios, para atrelar a eles o carro de seu viver e agir.” (NIETZSCHE, 1978, p. 49).

Essa história, descrita por Nietzsche, teria-nos levado a uma forma de pensar que não produz vida, nos mantendo submetidos a uma ordem estabelecida e ao marasmo da vida cotidiana. No caso da educação, esse quadro deve ser abominado, visto que ela não vivifica, mas esmorece qualquer tipo de atividade. Aquela capacidade de crescer por si mesmo, de transformar e de assimilar as coisas heterogêneas, enfim, de criar e recriar-se, poderia ser o horizonte e o sentido que deveríamos dar nós mesmos. Essa é a “força plástica” do homem, ao contrário de uma “crença paralisante” em uma representação artificial que mascara e dissimula a realidade e impede que o novo venha a existir.

Em nome da verdade, a educação acaba por se edificar em bases cada vez mais abstratas e sem experiências vitais, como se a vida não fosse um ofício que é preciso aprender a fundo e experimentar intensamente.

Essas questões nietzschianas, tomada como uma crítica à noção de sujeito, leva-nos a refletir sobre o que estamos fazendo de nós mesmos

quando instauramos uma educação e uma práxis pedagógica que se fundamenta e valoriza somente a transmissão e a assimilação de conceitos, de teorias e ideias e na crença de que somos dotados da capacidade de pensar e que, por meio dela, seria garantido a nós a autonomia e até mesmo a felicidade de todos. Nesta concepção, alunos e professores seriam sujeitos do conhecimento, isto é, seres racionais conscientes que pensa e ao pensar chegariam à verdade, à essência das coisas, à sua pureza. E toda uma estrutura é construída na escola, do espaço físico, passando pela disposição das salas de aulas, até chegar ao setor administrativo, de maneira que o desejo de verdade seja satisfeito, ou seja, que a autonomia do pensamento se instaure e chegue às ideias verdadeiras.

Essa crença no eu formou toda uma tradição – a tradição logocêntrica. A ação logocêntrica pretende organizar a realidade pela qual esta se torna compreensível para nós; confia que podemos ordenar e organizar as coisas porque são organizáveis, ordenáveis, compreensíveis nelas mesmas e por elas mesmas, isto é, as próprias coisas são racionais, objetivas. Em *A Gaia Ciência*, Nietzsche suspeita dessa possibilidade quando diz que "o caráter geral do mundo é, ao contrário, por toda a eternidade, o caos, não no sentido da falta de necessidade, mas da falta de ordem, articulação, forma, beleza, sabedoria." (1978, p. 199). Mas, o *homo sapiens* inventa o conhecimento como meio para dominar a natureza desordenada. Esse conhecimento funda, para se assegurar, a ideia de Deus, que se torna o princípio garantidor de harmonia entre o conhecimento e as coisas a conhecer. Porém, para Nietzsche, não há leis na natureza; "nela não há ninguém que mande, ninguém que obedeça (...). Não há substâncias de duração eterna." (1978, p. 199-200). Portanto, desde Platão, o homem vem se iludindo quando concebe o conhecimento como unidade, adequação e harmonia, em busca da verdade. Essa posição de Nietzsche percorre o seu pensamento, sendo o apolíneo e o dionisíaco abordagens profícuas que permitem a ele "martelar" a tradição filosófica que acredita na Verdade.

ÉTICA, POLÍTICA E A PRÁTICA PEDAGÓGICA

Sair do referencial epistemológico e racionalista, tal como ele aparece ou parece implantado na cultura e na prática pedagógica, é uma das tarefas das mais difíceis. Desde longa data somos e fomos formados

por uma perspectiva que privilegiou, de maneira bastante eficiente, o caráter racional de nossas existências. Estamos tão acostumados a viver, agir e pensar de maneira apolínea que imaginar uma outra possibilidade pode chegar a ser considerado uma situação de ilusão ou de loucura, para dizer o mínimo. Impregnado em nós, tal qual uma segunda natureza, a busca da verdade tornou-se a única e consistente finalidade da vida humana.

Um conjunto de autores são bastante felizes em indicar outras saídas ou outros aspectos para se pensar e examinar a vida humana, quiçá nos ajudando a lançar luzes sobre a educação e as práticas pedagógicas que são experimentadas na sala de aula. Professores e alunos são personagens, mais do que isso, pessoas que devem ser vistos, reconhecidos e tomados como agentes que se movimentam não somente a partir, mas também em direção a novos horizontes e perspectivas quem nem sempre o rigor lógico, racional e cientifico dá garantia de sucesso. É preciso levar em conta a nossa abertura ao outro, mesmo que esse outro – as paixões, os impulsos, os sentimentos - esteja em nosso interior, nos provocando e nos animando nessa ou naquela direção. Ao contrário de uma tradição que exclui e pretende eliminar qualquer resquício ou influência desse outro que nos pertence e nos anima, queremos refletir não apenas sobre este outro, mas também sobre o Outro que está fora de mim, o outro como pessoa diferente de mim, que me provoca, que me desafia, que desestabiliza e que me faz reconhecer a mim mesmo.

Essa postura de nos movermos mais além ou aquém das alternativas, perspectivas e concepções que são ou foram se cristalizando na história do pensamento e que tiveram consequências em nossas práticas, inclusive pedagógicas, devem ser problematizadas. Essa história deve ser enfrentada, porque ela permanece nos enfrentando a todo instante, sobretudo no tempo atual, nesse tempo presente que existimos. Se costumeiramente, numa sala de aula, tendemos a enfrentar os desafios partindo de respostas ou soluções prontas e construídas a prioristicamente, estamos diante de uma tarefa que possibilite encontrar, inventar e saber lidar com as coisas que acontecem e chegam de maneira inesperada, sem recorrer a padronizações anteriormente estabelecidas. Uma hipótese para reflexão é que no processo formativo dos professores fossem garantidos a problematização e o reconhecimento do caráter ético e político da prática pedagógica.

Buscar ou transmitir o conhecimento verdadeiro, garantir o bom uso da razão, tornando-nos seres conscientes, são finalidades que na maioria das vezes encontramos nos planos e nos projetos pedagógicos que as escolas e os professores apresentam para serem cumpridos ao longo de uma etapa educativa. Geralmente, esses objetivos são viabilizados por meio de recursos didáticos os mais diversos, mas sempre orientados por uma concepção de mundo baseada na ideia de que somos dotados da capacidade de pensar, de conhecer as coisas e dominá-las conceitualmente, enfim, somos seres pensantes. Se estamos de acordo com essa visão, é bem provável que os objetivos propostos no projeto pedagógico serão colocados em questão ou até mesmo terão dificuldades em se realizar de maneira satisfatória, tendo em vista que adotamos uma perspectiva que desconsidera o aluno e a nós mesmos, professores, como constituídos de outras dimensões. Na sala de aula não só temos um ser capaz de pensar, instituir sentidos, elaborar conceitos, ideias e teorias e com uma estrutura racional e uma capacidade de conhecimento que é a mesma em todos os seres humanos. Não somos apenas sujeitos do e para o conhecimento, mas estamos inseridos numa coletividade, num espaço público, com uma dinâmica que nem sempre conseguimos contemplar em nossas práticas pedagógicas, trazendo, assim, consequências desafiadoras na sala de aula.

Nessa perspectiva, a política e a ética torna-se em nossos dias uma prática em que o homem não pode ser mais desenhado como um ser pessoal, desempenhando um modelo de ação, nem como puro ser social, membro devidamente adequado à sociedade. A noção de política e ética solicita uma retomada do seu sentido mais original, isto é, de *polis*, como definira os gregos, isto é, o espaço público onde reina a multiplicidade de opiniões e o diálogo, e de *ethos*, que designa os costumes, os hábitos e as maneiras de agir de um grupo bem como o caráter, a índole e as disposições naturais de uma pessoa segundo seu corpo e sua alma, movimentados e formados por suas paixões. Nesse sentido, a política e a ética devem ser compreendidas e tomadas como referências na prática pedagógica não a partir de formas de agir, de ensinar, enfim, de educar, pautadas em doutrinas ou por preceitos que se pretendem universais. A formação humana que se pretende por meio delas, via educação, deve reconhecer que a consciência moral (a pessoa) e a consciência política (o cidadão) formam-se pelas relações entre as vivências do *eu*, isto é, pela

maneira como sentimos e compreendemos o que se passa em nosso corpo e no mundo que nos rodeia, assim como o que se passa em nosso interior, e os valores e as instituições da sociedade e da nossa cultura.

Na base desse posicionamento está o rompimento com a leitura e interpretação das coisas numa perspectiva dogmática. O dogmatismo parte da ideia de que as coisas são como são e não cabe nenhuma possibilidade de mudança. No processo educativo, por exemplo, seria agir considerando que os conceitos, as teorias e as ideias são algo já dado, já feito, já pensado e já transformado, bastando transmiti-lo que a aprendizagem ocorre. Na atitude dogmática "a realidade natural, social, política, [ética] e cultural, forma um espécie de moldura de um quadro em cujo interior nos instalamos e onde existimos [...] Aceitamos sem nenhum problema que há uma realidade exterior a nós e que, embora externa e diferente de nós, pode ser conhecida e tecnicamente transformada por nós. (CHAUÍ, 2003, p. 92).

Reinventar, sacudir formas fixas, estranhar as coisas, parece ser atitudes exigidas para o nosso tempo. Se pensarmos no campo da educação, esse estranhamento ou a consideração do estranho, do diferente, é algo que justifica a inclusão numa nova perspectiva das dimensões ética e política na prática pedagógica. E o lugar e a situação mais propícia para que isso possa começar a se realizar é já no processo de formação dos professores e, posteriormente na prática pedagógica, redescrevendo e repensando as relações entre professores e alunos na sala de aula, espaço prenhe de contradições, resistências, paixões e desejos. Portanto, restringir a formação humana que apenas à dimensão epistemológica, pode estar causando momentos de conflitos, de desinteresse, violência e de infelicidade. No espaço da sala de aula, é desafiador para a práxis pedagógica colocar em seu horizonte aquelas dimensões, visto que elas, como ensinaram os gregos, estão articuladas, pois "se a política tem como finalidade a vida justa e feliz, isto é, a vida propriamente humana digna de seres livres, então é inseparável da ética." (CHAUÍ, 2003, p. 359).

Compreendida assim, a política como dimensão a ser considerada na educação, em parceria com a ética, parte da ideia de que os homens são sujeitos, isto é, pessoas reconhecidas no direito de agir e falar livremente na *polis*. Todavia, quando eles sentem-se destituídos de sua humanidade ao ficarem sem poder para começar, criar, agir e falar, isto é, quando a eles é negada a possibilidade de aparecer aos outros, surge a violência.

> Não é à toa que toda a nossa tradição educacional e formativa pauta-se numa constante barragem à aparição. Somos todos criados para ter vergonha de nós mesmos, para não entrar na sala, para ocultar nossos interesses, para permanecer na sombra, enquanto apenas alguns são tidos como nascidos para brilhar. Quando isso se põe como regra de uma sociedade, que caminho trilhar, a não ser o da violência? (AGUIAR, 2001, p. 110).

Se na sala de aula a intersubjetividade e o mundo comum não se viabilizam ou não são preservados corre-se o risco de termos um ambiente violento e conflituoso. Os fatos que temos notícias ou presenciamos sobre isso nas escolas são assustadores e não estamos conseguindo responder de maneira satisfatória a esses desafios. O caráter agônico da existência e da vida, que fora tão bem retratada pelos gregos, transformou-se na escola contemporânea numa situação de guerra, onde o outro torna-se inimigo, seja por meio do preconceito, da discriminação, da força e da coação física e psíquica, causando-lhes danos profundos e irreparáveis, como a morte, a agressão, por exemplo. Se esse quadro perdura, estamos condenados a perder a humanidade dos humanos que reside no fato de sermos racionais, mas também dotados de vontade livre, de capacidade para a comunicação e para a vida em sociedade, de interagir com a natureza e com o tempo. O retorno da barbárie torna-se uma possibilidade concreta.

> Do ponto de vista ético, somos *pessoas* [e sujeitos] e não podemos ser tratados como coisas, isto é, como seres inertes, irracionais, destituídos de linguagem e de liberdade. Os valores éticos se oferecem, portanto, como expressão e garantia de nossa condição de *seres humanos* ou de *sujeitos racionais* e *agentes livres*, proibindo moralmente a violência, isto é, tudo o que nos transformem em coisa usada e manipulada por outros. (CHAUÍ, 2003, p. 308. Grifo da autora).

A ética e a política são campos de reflexão e de ação humana que possibilitam pensarmos de maneira nova as questões educacionais. Ao resguardarem a individualidade e a dimensão existencial da vida, a ética e política nos oferecem a oportunidade de apostar no mundo humano, apesar dos fatos e atos bárbaros e cruéis que foram cometidos ao longo da história e que continuam até hoje. Sem a pretensão de hipostasiar qualquer outra vida, mas se restringir a esse mundo, o objetivo aqui é apenas refletir sobre formas de continuarmos convivendo neste mundo. É necessário, explica a filósofa Hannah Arendt, nos reconciliarmos com o mundo - cenário do horror -, mas também o único espaço

que pode conferir dignidade à nossa existência. Cabe a nós, segundo ela, a responsabilidade de arrumar esse lugar.

> O fato de o ser humano ter o dom da ação, no sentido de fazer um início, só pode significar que ele foge a qualquer previsibilidade; que, nesse caso, a própria imprevisibilidade tem uma certa probabilidade e que aquilo que "racionalmente" não é de se esperar pode mesmo assim ser objeto da nossa esperança. E esse dom para o imprevisível, por sua vez, se baseia exclusivamente na singularidade, por meio da qual cada um se distingue de qualquer um que foi, é ou será, [...] e essa singularidade se baseia no fato da natalidade, fundamental para toda comunidade humana, e em virtude da qual cada ser humano apareceu no mundo como um Novo singular. (ARENDT In: ALMEIDA, 2008, p. 471)

Se à educação cumpre alguma tarefa nesse processo de arrumar o mundo, ela precisa tomar a ética e a política como instrumentos para, inicialmente, detectarmos os perigos que o predomínio de uma concepção de mundo universalista e racionalista causou e que continua causando aos humanos. Particularmente no caso da ética, colocá-la em diálogo com as questões educacionais – a didática, a prática pedagógica e a formação de professores, por exemplo -, é considerar a finitude humana, o mundo das paixões, da dor, da diferença, do outro, do não lógico, enfim, daquilo que fora abandonado pela ética clássica que, juntamente com a epistemologia, buscava o que está relacionado à unidade, ao universal, ao perfeito, ao verdadeiro e ao eterno.

Se as éticas tradicionais baseavam-se no princípio de que nada existe sem a razão, a ética contemporânea, para bem contribuir com a educação, deve levar em conta as experiências humanas singulares e não valores concebidos como objetivos e universais, requerendo dos homens obediência a eles. Na ética tradicional, e na perspectiva da sala de aula, alunos e professores estariam impossibilitados de agir e de se comunicar na direção de criar ou iniciar algo novo para o mundo. Nas palavras de Hannah Arendt, a educação

> é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar um mundo comum. (ARENDT, 2007, p. 247).

Preparar as crianças e os jovens em vista de um mundo comum é, do ponto visto ético, não pressupor um padrão ideal, transcendente, teórico e

normativo que impede a liberdade e a felicidade dos sujeitos inseridos nesse mundo humano contingencial se manifestarem. “Felicidade e liberdade que não negue a historicidade e a sensibilidade humanas e cuja realização não seja pensada em termos de condições especiais, na qual é pressuposta a superação pelo homem de sua condição mundana e existencial.” (AGUIAR, 2001, p. 104). É arriscando, criando, desejando, escolhendo e habitando esse mundo que os homens revelam e experimentam a sua singularidade, o que na sala de aula significaria constituir-se como sujeitos que se familiariza com suas paixões – o outro que habita em nós -, medos, faltas e falhas. Todavia, se o reconhecimento dessas dimensões não ocorre ou não são levadas em consideração, a tendência é acarretar violências incontroláveis e conflitos contra os outros, contra a *polis*, na verdade contra si mesmo.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Odílio Alves. Filosofia e política no pensamento de Hannah Arendt. Fortaleza : EUFC, 2001.

ALMEIDA, Vanessa S. Educação e liberdade em Hannah Arendt. *Educação e Pesquisa.* São Paulo, v. 34, n. 3, p. 465-479, set/dez. 2008.

ARENDT, Hannah. A condição humana. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1983.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo : Perspectiva, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo : Ática, 2003.

NIETZSCHE, Friedrich. O nascimento da tragédia. São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

_____. *Obras incompletas*. São Paulo : Abril Cultural, 1978 (Coleção Os pensadores).